

Instituto Superior de Psicologia Aplicada



REPRESENTAÇÃO MENTAL NO DESENHO DE CRIANÇAS CEGAS
(Estudo de três casos)

Filipa Campos Mateiro Santos

nº 15350

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia

Especialidade em Clínica

2008

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

REPRESENTAÇÃO MENTAL NO DESENHO DE CRIANÇAS CEGAS
(Estudo de três casos)

Filipa Campos Mateiro Santos

Dissertação orientada por Prof. Doutor Emílio Salgueiro

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia
Especialidade em Clínica

2008

Dissertação de Mestrado realizada sob orientação do Prof. Doutor Emílio Salgueiro, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673/2006 publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

Agradecimentos

Durante estes anos de trabalho e estudo nesta temática tive o privilégio de ter contacto com um mundo que me era praticamente desconhecido, a realidade daqueles que não vêem. Foi, com toda a certeza, esta experiência que me permitiu ir ao encontro da compreensão da cegueira congénita e adquirida destas crianças.

Agradeço, por isto, às instituições DREL e ACAPO por me terem fornecido os contactos que necessitava para estabelecimento de contactos com as crianças da amostra, com referência especial aos Professores do Ensino Especial que me permitiram uma ponte de ligação a estas três crianças.

O maior sentimento de gratidão destina-se ao Professor Doutor Emílio Salgueiro, pela forma sensível como me acolheu e orientou ao longo destes anos todos, tendo-me motivado desde o primeiro momento a seguir com este tema complexo e controverso, e plantando em mim a necessidade de prosseguir com este estudo em contexto de Mestrado.

Destino também um agradecimento à minha família e aos meus amigos, por me terem proporcionado condições para chegar até aqui e por terem sido suporte fundamental nas alturas em que mais precisei.

Resumo

O nosso estudo pretende perceber se as crianças cegas têm capacidade de representação mental pelo desenho, tal como as crianças normo-visuais, através de um estudo de três casos de crianças cegas: uma criança com cegueira adquirida de doze anos; uma criança com cegueira congénita de onze anos; e uma criança também com cegueira congénita de sete anos de idade. Para avaliar estas capacidades de representação mental utilizou-se como principal instrumento o desenho. Os desenhos foram realizados em três fases distintas, onde foram pedidos vários desenhos. A capacidade de representação mental correcta pelo desenho de um dado objecto foi avaliada consoante o número de detalhes identificativos presentes no desenho desse mesmo objecto. Concluiu-se que somente as duas crianças mais velhas (cegueira adquirida e congénita) demonstraram ter capacidade de representação mental através dos desenhos pedidos, tal como as crianças normo-visuais.

PALAVRAS-CHAVE: Representação mental, desenho, crianças cegas, cegueira congénita e adquirida.

Abstract

Our study pretends to realize if blind children have mental representation capabilities by drawing, just like sighted children, through a study of three blind children: one child with acquired blindness at the age of twelve; one child with congenital blindness at the age of eleven; and one child also with congenital blindness at the age of seven. Drawing was used as

primary tool to evaluate mental representation capabilities. Drawings were made in three distinct phases, where several drawings were asked to children. Correct mental representation capability by drawing of a certain object was evaluated by the number of identity details present on the drawing of that object. The conclusion was that only the older children (acquired and congenital blindness) demonstrated to have mental representation capabilities through the asked drawings, just like sighted children.

KEY-WORDS: Mental representation, drawing, blind children, congenital and acquired blindness.

Índice

Introdução	2
Método	4
Discussão dos resultados.....	6
Conclusão.....	10
Bibliografia	11

Introdução

De acordo com Koppitz (1984) referido por Hernandez, Rochefort, Neto, Sarmiento, Feijó, Nunes e Curra (2000), o desenho tem sido explorado, ao longo do tempo, por diversos autores tais como Goodenough, Machover, Hammer, entre outros, sendo considerado como uma técnica projectiva que dá acesso a materiais inconscientes, fornecendo assim uma vasta informação acerca do sujeito. Este facto e a necessidade de se perceber mais sobre o mundo das pessoas que vivem sem o sentido da visão, levou-nos a questionar se as pessoas cegas também teriam as mesmas capacidades de representação mental gráfica pelo desenho, tal como as normo-visuais. Os processos cognitivos observados nestas eram indicadores da presença de imagens mentais, tendo-se começado a usar o desenho como instrumento para chegar às mesmas (Bardisa, 1992). Kennedy (1993) faz referências a estudos de Kennedy, Fox e O'Grady (1972), de Kennedy e Fox (1977), e de Heller (1989), onde foi feita a pesquisa sobre as capacidades de sujeitos cegos na identificação de figuras em relevo, através do toque. Foi feita a comparação entre população com cegueira congénita, com cegueira adquirida precocemente, com cegueira adquirida tardiamente; com a população normo-visual de olhos vendados. As conclusões foram que os sujeitos cegos são capazes de identificar os objectos do estudo. Daqui se retira que, muito provavelmente, a experiência visual não é necessária para a percepção táctil de modelos e percepção de figuras. É ainda referido que "(...) os normo-visuais não têm qualquer vantagem sobre os cegos congénitos" (Heller, 1989, referido por Kennedy, 1993, p. 70). Pedir a um cego para desenhar, sem experiência anterior, é o mesmo que pedir a um normo-visual não familiarizado com imagens, para identificar um dado objecto (Kennedy, 1993), logo se os normo-visuais obtiverem, eventualmente, alguma

vantagem nas mesmas circunstâncias, muito provavelmente é devido à familiaridade com os objectos reais.

Representar no papel um objecto percebido que conhecemos, não pode ser representado da mesma forma como é no real; ou seja, um objecto percebido em três dimensões não pode nunca ser representado fielmente na forma de duas dimensões. Contudo, tal como as crianças normo-visuais, também as crianças cegas possuem uma motivação espontânea para desenhar (Kennedy, 1993). Millar (1975), referido pelo mesmo autor, relata que as crianças cegas em idade correspondente ao primeiro ciclo do ensino português, têm uma fantástica capacidade de realizar desenhos da figura humana em relevo, tal como as crianças normo-visuais. Mas, será que na ausência da visão, a criança também tem a capacidade em representar graficamente o mundo dela, comunicando com o outro através do desenho? Com isto surgem-nos mais dúvidas: E será que as crianças que nasceram cegas têm as mesmas capacidades de representação gráfica que as crianças que já viram e cegaram posteriormente? E visto que se no nosso estudo temos crianças com diferenças de idade significativas (duas crianças mais velhas e uma criança mais nova), levantou-se uma questão que nos parece pertinente: Será que as duas crianças mais velhas têm melhor capacidade de representação gráfica pelo desenho, do que a criança mais nova?

Método

Visto não se ter conseguido uma amostra suficiente para um estudo quantitativo, optou-se pela realização de um estudo qualitativo, efectuando-se estudos de casos de três crianças cegas em idade escolar, de frequência do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico: Uma do sexo feminino, de 11 anos de idade, com cegueira congénita; e duas do sexo masculino, uma de 7 anos com cegueira congénita e outra de 12 anos de idade, com cegueira total adquirida aos 9 anos de idade, por consequência do Síndrome de Marfan. A recolha da amostra foi realizada com a colaboração das instituições: Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) e Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL), departamento do Ministério da Educação.

Depois de terem sido dadas as autorizações pelos encarregados de educação das crianças por carta de consentimento informado, foi efectuada uma recolha de dados sobre aspectos clínicos, familiares, sociais e escolares, junto dos respectivos professores de ensino especial. Nos três casos verificou-se um apoio extraordinário de parte destes professores para com estas crianças, fazendo ponte de ligação com a família. No caso da criança cega com cegueira congénita, verificou-se um ambiente familiar instável com muito pouca colaboração no treino educativo, não permitindo assim um desenvolvimento tão eficaz. Já no caso da criança de 7 anos, também com cegueira congénita, a família mostrou-se bastante colaborante e prestável para procurar o máximo de recursos para o filho evoluir satisfatoriamente. No caso da criança de 12 anos com cegueira adquirida, a família sempre participou muito activamente, estimulando-o extraordinariamente, permitindo assim uma reabilitação que proporciona uma boa aprendizagem e desenvolvimento de competências.

Para avaliar estas capacidades de representação mental utilizou-se como principal instrumento o desenho com materiais comuns (folhas A4 brancas e doze canetas de feltro com variadas cores). O estudo foi realizado em três fases distintas: Um primeiro encontro de adaptação das crianças ao investigador e ao material, com duração de cerca de uma hora, onde foram pedidos desenhos livre; um segundo encontro, onde foi dada a instrução específica para desenhar uma figura humana, uma casa e um cão, com duração de cerca de 50 minutos; e um terceiro encontro, onde foi pedido para efectuar o desenho do auto-retrato e o da família, com duração de cerca de 40 minutos. Estes dois últimos encontros foram filmados, com o objectivo de se poder analisar em maior profundidade, quer a postura das crianças, quer a evolução ao longo da execução dos desenhos, permitindo a construção de uma grelha de observação. Na análise dos desenhos procurou-se fazer uma análise informal (ao tipo de traço, organização espacial, representação gráfica conseguida, uso/escolha da cor) e uma análise formal, utilizando-se alguns itens de avaliação de testes não aferidos à população cega (Teste da Figura Humana de Goodenough, 1957, *in* Pasquasy (1967); Teste da Família de Corman, 1982, *in* Corman (1982); e Testes House Tree and Person de Buck, 1947, *in* Cunha (1993)). Assim, a capacidade correcta de representação mental pelo desenho de um dado objecto foi avaliada consoante o número de detalhes identificativos presentes no desenho desse mesmo objecto.

Discussão dos resultados

No nosso estudo, a avaliação da capacidade de representação mental correcta do objecto pedido, foi efectuada através da detecção do número de detalhes que constituem o desenho elaborado pela criança.

Através da análise dos casos do nosso estudo, podemos concluir que a criança com cegueira congénita de 11 anos e a criança com cegueira adquirida de 12 anos, foram capazes de efectuar correctamente as representações mentais pelo desenho dos objectos pedidos, sendo que a criança com cegueira congénita de 7 anos não aparenta possuir ainda a capacidade gráfica, tal como se pode verificar no exemplo dos seguintes desenhos da casa de cada criança:

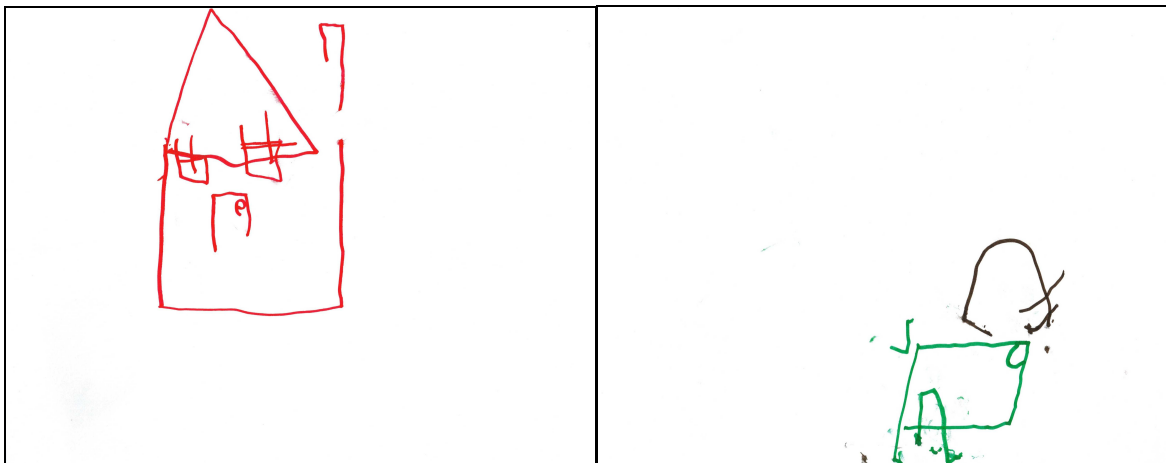


Fig 1: Desenho da casa - criança com cegueira adquirida (12 anos).

Fig 2: Desenho da casa - criança com cegueira congénita mais velha (11 anos).

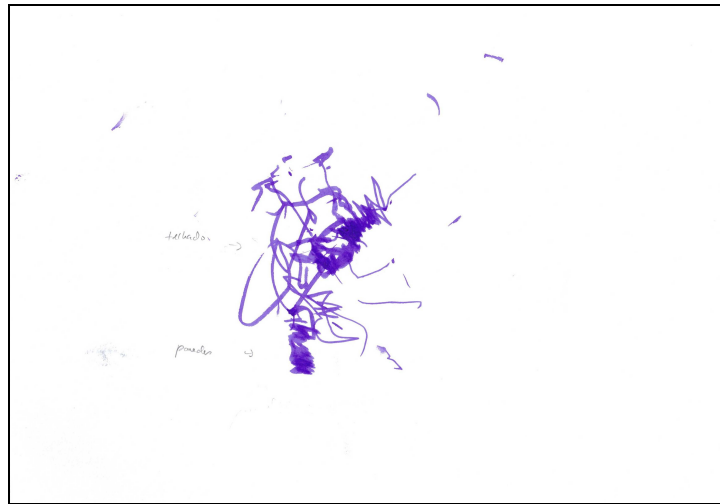


Fig 3: Desenho da casa - criança com cegueira congénita mais nova (7 anos).

Visto que se verificam presentes no caso de duas das crianças uma grande parte dos detalhes que permitem identificar a existência de uma representação mental gráfica do objecto pedido, conclui-se que estas crianças possuem capacidade de representação mental gráfica pelo desenho. Contudo, a outra criança não apresenta nenhum elemento ou detalhe identificativo do objecto real nos seus desenhos, pelo que se conclui que aparentemente ainda não possui esta capacidade de representação mental gráfica pelo desenho.

Relativamente à primeira hipótese do nosso estudo – as crianças cegas teriam capacidade de representação gráfica pelo desenho, tal como as crianças normo-visuais – conclui-se que há crianças cegas que têm capacidade de representação mental através do desenho.

Uma outra questão pertinente que se nos levantou, foi se haveria ou não diferenças entre a capacidade de representação mental gráfica pelo desenho de crianças com cegueira adquirida e congénita.

Já verificámos que só duas crianças do nosso estudo demonstraram ter capacidade de representação mental gráfica. Através da análise do número de detalhes identificativos do

objecto real pedido para ser desenhado é possível concluir que foi a criança com cegueira adquirida que possui mais capacidades gráficas de representação mental, comparativamente com a criança da cegueira congénita. Isto pode explicar-se pela presença de memórias icónicas residuais do período de visão que esta criança teve, em detrimento da ausência total de visão da outra criança. O facto da criança com cegueira congénita ser capaz de representar graficamente, explica-se pela capacidade extraordinária que esta criança tem em criar modelos mentais seus, ‘quase-visuais’, através da percepção háptica, ou seja, através da sensibilidade táctil, habilidade exploratória e de discriminação de objectos permitida a partir da transmodalidade perceptiva (Epstein, 1985). A passagem desses modelos mentais para o papel torna-se uma tarefa difícil para uma criança cega congénita, sem qualquer tipo de experiência visual anterior, mas é um desafio apetecível devido à motivação espontânea que toda a criança tem para o desenho, não sendo a criança cega uma excepção. Para isso, ela usa estratégias de estabelecimento de pontos de referência de forma a unir os traços no papel, consoante aquilo que sente ser a sua representação mental do objecto pedido.

Assim, verifica-se a segunda hipótese: a criança com cegueira adquirida teria melhor capacidade de representação gráfica pelo desenho, do que as crianças com cegueira congénita.

Visto haver uma variedade de tipo de cegueira e diferenças etárias grandes, levou-nos a levantar uma nova questão relacionada com o factor maturacional. Já vimos que somente duas crianças, as mais velhas, demonstraram ter capacidade de representação mental, em detrimento da criança mais nova que demonstrou ausência de detalhes identificativos do objecto na representação gráfica. Isto leva-nos a concluir que as crianças mais velhas possuem um maior desenvolvimento maturacional em diferentes áreas (motoras, cognitivas, competências escolares, etc) do que a criança mais nova, que estará num nível de desenvolvimento maturacional mais abaixo.

Assim, também se verifica a terceira hipótese: estas crianças mais velhas possuem melhor capacidade de representação gráfica pelo desenho, do que a criança mais nova.

Sendo um trabalho de análise qualitativa, com três estudos de casos, bastante limitativa no que toca à chegada de conclusões, seria também interessante fazer-se um estudo exploratório ou comparativo das capacidades de representação mental gráfica pelo desenho entre crianças normo-visuais, crianças com cegueira congénita e com cegueira adquirida. Willats (1981) e Winner (1982), referidos por Bardisa (1992), comprovam que a criança cega é capaz de desenhar e que a maioria dos seus desenhos, seguem os princípios básicos do desenho, que se crê serem universais para a criança normo-visual. Posto isto, seria muito provável que num estudo destes as conclusões não seriam muito diferentes das nossas.

Conclusão

Para que a criança seja capaz de executar um desenho ou explorar e interpretar um objecto, tem de passar primeiro por várias fases de desenvolvimento cognitivo, motor e afectivo. Para além disto, no caso da criança cega, esta tem de passar por processos de aprendizagem de desenvolvimento das suas capacidades manipulativas, assim como por um desenvolvimento da percepção. Mas, é preciso não esquecer que o desenvolvimento de todas estas capacidades que a criança adquire, estão dependentes das características da sua deficiência e do suporte familiar e social que a criança tem. Se a criança possuir uma família organizada, com capacidade de aceitação da sua deficiência e compreensão das suas necessidades especiais, então muito provavelmente vai ter uma maior facilidade em se adaptar à realidade do quotidiano. Não menos importante é o suporte educativo que a criança possui quando está em idade escolar. Todo o apoio personalizado e especializado fornecido na escola, de preferência coordenado e com ponte de ligação à sua família, só vai permitir que a criança capte uma harmonia nas redes de suporte que a circundam e se sinta apoiada para potenciar as suas aquisições de competências.

Bibliografia

Bardisa, L. (1992). *Como ensinar a los niños ciegos a dibujar*. Madrid: ONCE.

Corman, L. (1982). *Le test du dessin de famille*. Paris: Press Universitaires de France.

Cunha, J. (1993). *Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Epstein, W. (1985). Amodal information and transmodal perception. Consultado em 10 de Fevereiro de 2008, através: http://books.google.com/books?id=-I_Hazgqx8QC&pg=PA388&dq=transmodal+perception&ei=FeIMSInfFqSSyQSHv6HECA&hl=pt-PT&sig=mp1vxiBh4molSJRC6mcQiDHH-4s

Hernandez, J. A., Rochefort, A. V., Neto, B., Sarmiento, C. S., Feijó, L. M., Nunes, M. A., & Curra, S. M., (2000). Indicadores emocionais no desenho da figura humana de crianças abusadas sexualmente. *Aletheia*, 12, 43-52.

Kennedy, J. (1993). *Drawing and the Blind – Pictures to Touch*. Yale University Press New Haven and London: New York.

Pasquasy, R. (1967). *Le test du dessin d'un Bonhomme de Florence Goodenough*. Bruxelas: Editest.